

Aspectos econômicos das Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul

OLEGÁRIO, Thaís Fleck¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é demonstrar, por intermédio de revisão bibliográfica comparativa, o processo de articulação de interesses econômicos estadunidenses e seus reflexos na ordem institucional nos países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai) a partir da década de 1960, isto é, com a implantação dos regimes ditatoriais baseados na Doutrina de Segurança Nacional. Trata-se de compreender de forma introdutória os pontos em comum desses regimes. Dessa forma, busca-se analisar brevemente a composição dos grupos civis que participaram dos golpes de Estado, bem como, a transformação empreendida nas relações econômicas e sociais após a implantação dos regimes ditatoriais. Assim, aborda-se a maneira como o Estado foi reorganizado para atender aos interesses econômicos originados nos grandes centros de poder.

Palavras-chave: Ditaduras de Segurança Nacional; Economia; Golpe de Estado.

Economic aspects of the National Security Dictatorships in the Cone Sul

Abstract: This article aims to demonstrate, through a comparative bibliographic review, the process of articulation of US economic interests and their reflexes in the institutional order in the Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai) countries from the 1960s, that is, from the implementation of the regimes Dictatorships based on the National Security Doctrine. The objective is to analyze the composition of the civil groups that participated in the coups d'état, to understand introductory points and common elements between this regimes, as well as the transformation undertaken in economic and social relations after the establishment of dictatorial regimes; as well as, the way in which the state was reorganized to meet the economic interests of the great centers of power.

Keywords: National Security Dictatorships; Economy; Coup d'état.

INTRODUÇÃO

As ditaduras instauradas no Cone Sul através de golpes civis-militares² a partir da década de 1960 possuem em seu bojo dois elementos essenciais na sua definição: em primeiro lugar foram regimes pautados na Doutrina de Segurança

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: fleckolegario@gmail.com.

² O historiador Demian Melo destaca que a produção historiográfica brasileira desde o início dos anos 2000 apresenta o golpe com o qualitativo “civil-militar” como novidade e muitas vezes o esvazia de sentido, fornecendo-lhe uma definição que indique o componente civil como toda a sociedade brasileira. Porém, Melo adverte ao uso indiscriminado do termo, visto que, existem trabalhos que datam do início da década de 1980 que já discutem a presença civil na articulação golpista, mas de forma consciente e específica, como por exemplo, a obra “1964: A Conquista do Estado” de René Armand Dreifuss (MELO, 2012, p. 53). Vale destacar que autores como René Armand Dreifuss, Maria Helena Moreira Alves e Gilvan Dockhorn demonstram também a distribuição do poder após o golpe de 1964 e indicam a presença de civis, principalmente os vinculados ao complexo IPES/IBAD na investidura de cargos públicos e ministérios. Tentaremos ao longo do texto deixar claro a que grupos civis nossa análise se refere.

Nacional (DSN) e em segundo vieram atender a consolidação de um novo padrão de acumulação de capital.

A DSN, que surge na linha da Doutrina Truman em 1947 nos Estados Unidos (EUA), é um conjunto teórico que prevê uma série de práticas, noções e princípios a serem adotadas para impedir o avanço comunista na América Latina. Seu aparecimento está relacionado à política internacional desenvolvida pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial e no bojo da Guerra Fria. A segurança referida trata da salvaguarda das “nações livres”, assim chamados os países aliados ao bloco geopolítico ocidental, frente à ameaça da “infiltração comunista”. (COMBLIN, 1978, p. 39).

No Brasil foi incorporada a esse conjunto teórico a ideia de “desenvolvimento”, criando assim uma versão que aliava desenvolvimento e segurança. Essas ditaduras também estavam marcadas por aspectos gerais além da contenção do comunismo como a “guerra contra-insurgente contra todo questionamento às estruturas nacionais de dominação, o que redundou em uma *guerra suja*”. (PADRÓS, 2009, p. 32)

Consideradas as particularidades de cada um dos regimes ditatoriais, ainda assim, podemos extrair elementos que perpassaram a todos, como o aprofundamento de um modelo econômico e por outro lado da presença de um Estado repressivo, delineado em bases terroristas.³ O inimigo criado pela DSN deveria ser combatido, e uma complexa rede foi formada para levar isso a cabo. Contava com um sistema de informações – que empregava a tortura como instrumento; uma rede administrativa – registros de entradas, traslados e saídas de presos políticos, e outros diversos desdobramentos de estratégias de controle social. O que antecede esses regimes é um processo de radicalização da política, que se torna permanente mediante a modificação da própria estrutura do Estado. (RICO, 2009, p. 141)

Assim, a pergunta a responder é: quais aspectos gerais de transformação econômica podem ser observados nos países que passaram por Ditaduras de Segurança Nacional? Para tentar elucidar esta questão, analisaremos os desdobramentos dos golpes de Estado no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no

³ “O Terrorismo de Estado se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. Em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo” (PADRÓS, 2005, p. 64).

Chile, utilizando para tanto a revisão bibliográfica de obras clássicas de cada um desses países. Neste sentido, é importante ressaltar que a reconfiguração econômica e social não esteve restrita a um local, mas abrangeu todos os países em que foram implantadas Ditaduras de Segurança Nacional.

A REESTRUTURAÇÃO DO CAPITALISMO E O IMPACTO NA AMÉRICA LATINA NO PÓS-GUERRA

A percepção de continuidade entre o poder econômico e o político não ocorre de maneira automática, mas é percebida por meio da análise de estratégias que podem ser compreendidas sistematicamente a partir da observação empírica, em determinado período histórico. Para Ellen M. Wood a separação entre poder político e econômico é tipicamente capitalista, e de tal movimento resulta a dificuldade de identificação da sede do poder político. (WOOD, 2014, p. 21). A este respeito a autora destaca:

[...] uma das consequências mais importantes desse deslocamento entre poder econômico e coerção direta é que a hegemonia econômica do capital pode se estender muito além dos limites da dominação política direta. O capitalismo se distingue de todas as outras formas sociais precisamente por sua capacidade de estender seu domínio por meios puramente econômicos. De fato, o impulso do capital na busca incansável de autoexpansão depende dessa capacidade única, que se aplica não somente às relações de classe entre capital e trabalho, mas também às relações entre Estados imperiais e subordinados. (WOOD, 2014, p. 23)

Uma primeira fase de industrialização pode ser observada na América Latina após a Primeira Guerra Mundial, e, sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial, gerando a substituição de importações, que, no entanto, vai se transformando no período pós-1945,⁴ devido ao movimento de readequação da economia estadunidense a um cenário sem a guerra e o seu impulso hegemônico para integração econômica mundial (DOS SANTOS, 2015, p. 26). Neste sentido,

⁴ Bambilra propõe duas tipologias diversas para análise do tipo de sociedades dependentes da América Latina: 1) os *países com início antigo de industrialização* (tipo A), que apresentam “estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão” são eles: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia; e *países cuja industrialização foi produto da integração monopólica* (tipo B), que apresentam “estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais. Em todo caso, o processo de industrialização será um produto da integração monopólica mundial”, dos quais fazem parte o Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras e República Dominicana. (BAMBIRRA, 2015, p. 55. Cuba é deixada fora dos países de tipo B, pois, como entende a autora, a partir da Revolução o país rompe com a situação de dependência de um centro de poder hegemônico capitalista. Os outros países poderiam incorporar um terceiro tipo, que, no entanto, por escolhas metodológicas não são abordados por Bambilra. (BAMBIRRA, 2015, p. 60)

Bambirra destaca que mesmo antes da etapa de industrialização já existiam relações capitalistas de produção na América Latina, que são observáveis desde meados do século XIX, ou seja, já havia “[...] a separação entre proprietários privados dos meios de produção, por um lado, e, por outro, a oferta livre da força de trabalho [...]”. (BAMBIRRA, 2015, p. 65)

Ruy Mauro Marini ressalta que a América se desenvolve dentro da consonância com o nascente capitalismo e suas relações são fundadas na lógica econômica internacional. Mas somente após as independências políticas da América Latina, nas primeiras décadas do século XIX, que serão delineadas relações de dependência com a Inglaterra. O autor destaca que a situação colonial não é a mesma que a situação de dependência; por isso:

É a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2011, p. 135)

É justamente esse aparato de relações capitalistas já existentes que permite que alguns países da América Latina possam aproveitar as conjunturas econômicas favoráveis proporcionadas pelas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, como impulso ao processo de industrialização que é correntemente tratado na literatura econômica como “substituição de importações”, que consistia, “em sua primeira etapa, na substituição de bens manufaturados estrangeiros pelos nacionais” (BAMBIRRA, 2015, p. 63). Para Vânia Bambirra, a diferença substancial criada pelo pós-guerra de 1945 é que:

[...] devido ao grande desenvolvimento das forças produtivas que a guerra permite concentrar na economia estadunidense – o que faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais –, verifica-se nos países latino-americanos uma série de transformações substanciais. (BAMBIRRA, 2015, p. 33)

A reestruturação do capitalismo no pós-Segunda Guerra aponta para a superação do velho colonialismo territorial em benefício de um neocolonialismo caracterizado pelo domínio econômico e político das economias mais desenvolvidas, com destaque para os EUA. Tal sistema de exploração se sustenta e legitima com a presença de suas tropas em outros países através da Guerra Fria e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sem que esse fato adquirisse a conotação de domínio colonial. (DOS SANTOS, 2015, p. 15)

Neste sentido, Theotonio dos Santos destaca que no pós-1945: “o capital, concentrado então nos EUA, expandiu-se para o resto do mundo, na busca de oportunidades de investimento que se orientavam para o setor industrial” (DOS SANTOS, 2015, p. 25). Além disso, mesmo que a América Latina já representasse uma área de interesse materiais para os EUA desde o final do século XIX, foi o envolvimento deste na Segunda Guerra Mundial que intensificou “as relações com a América Latina o que permitiu àquele país aumentar a venda de armamentos, abastecer-se de minerais estratégicos e obter bases militares na região”. (PADRÓS, 2005, p. 148)

Essas relações aqui tratadas e o processo de industrialização da América Latina ocorrem marcados por uma situação de dependência em relação aos centros de poder capitalista,

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial [...], sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas [...] e o monopólio da tecnologia correspondente. (MARINI, 2011, p. 167)

Em sua obra, Bambirra destaca que a dependência deve ser entendida como uma categoria analítico-explicativa através da qual se busca definir “o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre os centro-hegemônico e países periféricos tiveram [...]”. (BAMBIRRA, 2014, p. 38)

GRUPOS DE INTERESSES: O CAPITAL MULTINACIONAL E ASSOCIADO

O golpe brasileiro em 1964 foi o primeiro do Cone Sul baseado na Doutrina de Segurança Nacional. Pontua-se a ditadura brasileira como primeiro regime de segurança nacional, porém, cabe ressaltar que o primeiro golpe no cone sul foi o de maio de 1954 no Paraguai, que mesmo não sendo forjado com base na DSN, estava ligado, como aponta Padrós à conjuntura de:

[...] fortes movimentos de direita que concluem em golpes e intervenções, como no caso do fim da Revolução Boliviana (1952), da violenta interrupção do programa de reformas que vinha sendo aplicado na Guatemala de Jacob Arbenz (1954) (com particular participação dos Estados Unidos e da empresa United Fruit) assim como dos golpes que forçaram a saída de cena de Getúlio Vargas, no Brasil (1954) e de Juan Domingo Perón, na Argentina (1955). (PADRÓS, 2008, p.1)

Ainda neste sentido, é importante destacar que a ditadura paraguaia iniciada em 1954, transforma-se, ao longo do tempo, em uma Ditadura de Segurança Nacional, projetando-se sob a influência do Brasil após 1964.

René Armand Dreifuss definiu o golpe de 1964 como de classe, destinado à tomada do Estado, para este autor o grupo que gestou o golpe brasileiro era formado pelos: empresariado nacional associado às multinacionais, banqueiros e comerciantes, os proprietários rurais de grande porte e os tecnocratas urbanos vinculados aos interesses multinacionais formados em escolas técnicas, como o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Tais setores sociais formavam a base dirigente da coalização civil que articulou a derrubado do governo de João Goulart (1961-1964).

A ditadura Argentina tem origem em um período conturbado com início ainda na década de 1960, que se consolida com o último golpe em 1976. Com características semelhantes ao Brasil, pode-se destacar que, entre os setores civis envolvidos na implantação do regime ditatorial, estavam uma fração da oligarquia local pampeana e o capital financeiro internacional, em suas diversas manifestações como bancos privados e organismos internacionais (BASUALDO, 2013, p. 90). Como exposto por Basualdo:

Se trató de una fracción del capital integrado, entre otros, por grupos económicos como Pérez Compañac, Bidas, Acindar, Techint, Arcor, Loma Negra, Clarín, Macri, Bemberg, Bunge y Born, entre otros, que ejercieron el control del Estado durante la vigencia de este patrón de acumulación y lograron detentar el predominio económico durante su desarrollo (1976-2001). (BASUALDO, 2013, p. 90)

Em relação ao caso uruguaio, Danilo Astori demonstra que a economia basicamente agrária, inserida na economia mundial desde a colonização, “[...] se conformó sobre una base simultáneamente capitalista y dependiente” (ASTORI, 1989, p. 151). O autor também destaca que no período que antecede o golpe o Estado possuía um perfil intervencionista, e ressalta que “la clase generadora del excedente no monopolizaba el poder político, sino que tenía que compartirlo con el Estado, que a su vez representaba y se apoyaba en un acuerdo tácito entre los grupos urbanos” (ASTORI, 1989, p. 150). Dessa forma, assim como no Brasil e na Argentina, o grupo de civis composto por grandes proprietários de terras vinculados às atividades de *ganadería* e o empresariado associado aos interesses

multinacionais seriam os responsáveis por consolidar a investida neoliberal no Uruguai com o golpe em 1973 (ASTORI, 1989, p. 147).

No Chile, o grupo de civis que se destaca é o composto pelos denominados *chicago boys*⁵, que passam a agrupar também *gremialistas*⁶. Este grupo, possuía orientação neoliberal com estrita ligação às ideias disseminadas pela Universidade de Chicago por Milton Friedman⁷. Em linhas gerais, os *chicago boys* visavam atender a pauta dos grandes centros de poder capitalista, principalmente as demandas estadunidenses. Este grupo propôs um Programa de Governo, que consistia “en lo económico, [...] el modelo neoliberal inspirado en las ideas de Milton Friedman. En lo internacional, buscaban una apertura a los círculos financieros, un acercamiento a los Estados Unidos y un mejoramiento de la imagen exterior del régimen”. (ARRIAGADA, 1998, p. 79)

Neste sentido, Astori expõe que um dos fatores externos que influenciou os países da América Latina tanto no campo econômico quanto político foi a pressão realizada a partir dos centros de poder mundial na estrutura capitalista. Desse modo, para que tais países se adequassem à agenda proposta pelos grandes centros era necessária a remodelagem do próprio Estado, de forma a garantir as estratégias de expansão do sistema econômico, dentre as quais estavam:

Primero, la reestructuración de actividades productivas a escala mundial, enviando a la periferia aquellas industrias que menor rentabilidad originan y reteniendo las que tiene una mayor potencialidad de generación de ganancias. [...] En segundo lugar [...], los centros buscan dirigir un volumen creciente de recursos financieros a la periferia, aprovechando una capacidad potencial de endeudamiento que en aquel momento era significativa, y procurando colocaciones rentables para dichos recursos. En tercer lugar, [...] los centros comienzan a promover [...], la adopción de políticas de apertura de corte neoliberal en los países de la periferia. [...] Y finalmente, en cuarto lugar, los países dominantes comienzan a practicar lo contrario de lo que promueven en la periferia, o sea, un creciente proteccionismo que recurre a los más variados instrumentos para asegurar su efectividad. (ASTORI, 1989, p. 152-153)

⁵ Grupo de tecnocratas neoliberais. Cf. (ARRIAGADA, 1998, p. 75).

⁶ Grupo composto por: “estudiantes de la Universidad Católica, mayoritariamente descendientes de la clase alta”. (ARRAIAGADA, 1998, p.76)

⁷ Em sua obra *Capitalism and Freedom*, publicada em 1962, Milton Friedman postula que apenas a liberdade econômica seria a base para uma liberdade política bem como que o Estado não poderia representar um entrave às liberdades individuais ou restringi-las, mas sim ser o modo pelo qual os interesses individuais podem ser satisfeitos. Para Friedman o mercado deve regular a economia, e o Estado está restrito a garantir as liberdades individuais. Na introdução da obra citada consta: “Para o homem livre, a pátria é o conjunto de indivíduos que a compõem, e não algo acima e além deles. [...] O homem livre não perguntará o que sua pátria pode fazer por ele ou o que pode ele fazer por sua pátria. Perguntará de preferência: "o que eu e meus compatriotas podemos fazer por meio do governo" para ajudar cada um de nós a tomar suas responsabilidades, a alcançar nossos propósitos e objetivos diversos e, acima de tudo, a proteger nossa liberdade?”. (FRIEDMAN, 2014)

Maria Helena Moreira Alves aponta que a situação de dependência está relacionada à capacidade de “criar novas tecnologias, de expandir o setor de bens de capital e de controlar seu sistema financeiro e bancário” (ALVES, 1984, p. 21), no caso de economias dependentes essa capacidade é subordinada a um elemento externo, a outro país, criando assim, um elo de subordinação. No entanto, Alves dispõe que a condição de dependência não implica em um subdesenvolvimento permanente, mas resulta, por outro lado, em um processo de desenvolvimento distorcido, através do qual “mantêm-se sem solução consideráveis problemas sociais como as desigualdades regionais, graves disparidades na distribuição de renda, altos índices de desemprego e níveis de vida abertamente baixos para a maioria da população” (ALVES, 1984: p. 22). Neste mesmo sentido, assim como nos casos uruguaio e argentino, a condição do capitalismo brasileiro também estava marcada pela dependência, como destaca Dreifuss:

O capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista. O capital “nacional”, [...] conseguiria existir de modo significativo somente em sua forma associada ou em empresas pertencentes ao Estado. Mesmo nesse último caso, o capital transnacional teria ainda um papel central através de *joint ventures* (empreendimentos conjuntos) entre o Estado e corporações multinacionais, além de exercer controle multinacional parcial das ações de empresas estatais brasileiras. (DREIFUSS, 1981, p. 49)

Trata-se, portanto de uma interdependência econômica marcada por relações sociais de dominação. Mesmo que nossa análise não deva ser reduzida a esfera econômica, deve-se destacar que tanto os interesses nacionais quanto internacionais operavam conjuntamente através de um processo de desenvolvimento dependente e orbitavam em torno de um objetivo comum: a ampliação dos ganhos capitalistas. As formas com que este tipo de alargamento foi empreendido resultaram no estabelecimento de regimes repressivos, com duração suficiente para moldar social e ideologicamente os indivíduos. Desse modo, debate-se aqui quem eram os atores sociais⁸ que efetivamente foram beneficiados por estes regimes.

ASPECTOS ECONÔMICOS DOS REGIMES DITATORIAIS DE SEGURANÇA NACIONAL

⁸ Em relação ao Chile, diferente dos outros países aqui expostos, os *Chicagos Boys* eram tecnocratas e não fração de classe, mas um instrumento desta.

Em relação às transformações econômicas, deve-se ressaltar que suas raízes estão postas antes dos golpes de Estado. Um aspecto marcante, como já demonstrado anteriormente, foi a presença de interesses transnacionais nos países latino-americanos, fortalecidos principalmente a partir da década de 1950. Dessa forma, os regimes ditatoriais vêm atender a necessidade de aprofundamento de ganhos, o primeiro elemento que se expõe é a concentração de interesses de corporações estadunidenses no Cone Sul. Como exposto por Dreifuss através da análise dos dados sobre empreendimentos privados americanos no Brasil⁹:

De acordo com o relatório, os investimentos estrangeiros no Brasil totalizavam cerca de 3,5 bilhões de dólares. *Os interesses americanos formavam o maior grupo individual de investidores estrangeiros, com aproximadamente a terça parte do total do capital transnacional.* [...] O relatório do Departamento de Estado apresentava uma lista de quatro categorias gerais de atividade econômica, nas quais era agrupado todo o capital transnacional no Brasil. As quatro categorias eram: 1) indústria de base e indústria pesada, 2) indústria de base e industrialização de alimentos, 3) atividades não industriais e 4) serviços de utilidade pública. (DREIFUSS, 1981, p. 57, grifo nosso)

Nota-se que um terço do total de investimentos do capital transnacional no país, era estadunidense, distribuído principalmente entre a indústria de base, pesada e de alimentos. O mesmo pode ser percebido no Uruguai e no Chile. Astori propõe que os interesses econômicos resultavam em pressão política, caracterizado pela: “intervención lisa y llana de los países centrales – especialmente los Estados Unidos – en asuntos internos de las naciones del Tercer Mundo” (ASTORI, 1989, p. 153). No Chile, a própria condução dos programas governamentais econômicos pelos *chicago boys* evidencia a subordinação aos Estados Unidos.

Em relação às transformações econômicas que ocorrem após os golpes a substituição de industriais nacionais por empreendimentos de origem transnacional. Na Argentina, Eduardo Basualdo aponta que a incipiente industrialização nacional seria suplantada por empresas estrangeiras, ou seja, muda-se a natureza da origem das indústrias, a indústria pesada, por exemplo, passa a ser originada predominantemente do capital transnacional (BASUALDO, 2013, p. 83).¹⁰ Tal processo seria resultado da abertura econômica e de uma política de corte monetarista que “interrompeu a industrialização em curso e instalou a valorização

⁹ Obtidos por meio do relatório produzido pelo *Bureau of Intelligence and Research* do Departamento de Estado dos EUA.

¹⁰ Dreifuss aponta que entre os investimentos multinacionais privados no Brasil 40% estava concentrado na indústria de base e indústria pesada. (DREIFUSS, 1981, p. 57)

financeira como núcleo central da reestruturação e o comportamento macro e microeconômico do país”. (BASUALDO, 2013, p. 89)

Desse modo, a retirada do protecionismo estatal que antes operava como regulador, assegurando a competitividade das indústrias locais, seria suspenso, levando-as a “enfrentar la competencia avasallante de una masa de productos importados de precio ínfimo”. (ROMERO, 2012, p. 294)

No entanto, se analisarmos o caso brasileiro, exposto por Dreifuss, um questionamento que se coloca é se realmente as indústrias em algum estágio possuíram autonomia suficientemente nacional, pois em relação ao Brasil:

As grandes empresas “nacionais” e os grupos que as controlavam eram predominantemente multinacionais, firmemente interligadas através de uma dependência tecnológica ou financeiramente integrados a grupos multinacionais. A grande corporação “nacional” era principalmente uma empresa associada. Esse processo de internacionalização seria estendido ainda mais depois de 1964. (DREIFUSS, 1981, p. 51)

Desse modo, ocorre um tipo de associação entre o “capital nativo” ao estrangeiro na forma de empreendimentos nacionais mistos, isto é:

El imperialismo aplica nuevas y más sutiles formas de penetración y dominio. La asociación del capital nativo con capital imperialista, para dar lugar a empresas mixtas, conviene a los intereses imperialistas, pues constituye un método que preserva de nacionalizaciones y permite a los monopolios aumentar sus utilidades, aprovechar recursos y legislaciones locales y dominar las empresas de capital asociado. El imperialismo también utiliza el sistema de los llamados “créditos atados”, que entidades financieras como el Banco Interamericano de Desarrollo, el Banco Mundial de Reconstrucción y Fomento y el Fondo Monetario Internacional conceden particularmente a empresas del sector público a condición de que éstas se comprometan a pagar mediante los ingresos obtenidos a base de la continua elevación de tarifas. Todo esto acrecienta la deuda externa, impulsa la inflación y la carestía de la vida. (REINHOLD; RYZHENKO, 1976, p. 161)

Um ponto marcante do regime argentino consistiu na redistribuição de renda após o golpe em 1976, resultado da perda de direitos trabalhistas, como a suspensão por tempo indeterminado dos reajustes salariais e do direito de folga, como ressalta Basualdo “Entre 1976 y 1977 la disminución del salario real fue superior al 40%, lo cual implicó una notable reducción de la participación de los asalariados en el ingreso nacional, que descendió del 45 al 25%” (BASUALDO, 2013: p. 91). Luis Alberto Romero aponta que com o congelamento dos salários o Estado pôde superar seu déficit e as empresas acumularem capital (ROMERO, 2012, p. 293). Tratou-se, portanto, do aumento da exploração da classe trabalhadora

e a consequente concentração de capital, possível devido à contenção das forças sociais através do aparato repressivo do Estado.

Outro setor beneficiado por intermédio do regime ditatorial argentino foi o da construção, como aborda Romero “En los años en que Martínez de Hoz condujo la economía, el Estado realizó importantes obras públicas – desde autopistas a una nueva central eléctrica atómica – para las que contrató a empresas de construcción o de ingeniería”. (ROMERO, 2012, p. 301)

Somada a proliferação das indústrias com capital de origem transacional, houve a nível financeiro a incorporação da Argentina ao FMI e ao Banco Mundial (BASUALDO, 2013: p. 86), que incidiu no crescimento acelerado de bancos e instituições financeiras. Neste sentido, Enrique Padrós aponta que:

Em termos econômicos, as ditaduras consolidaram, como características gerais, a internacionalização da economia, a aplicação das receitas do FMI e do Banco Mundial, o crescimento do endividamento externo, a concentração de renda e a exploração das “vantagens comparativas” (sobretudo a baixa remuneração da força-de-trabalho). (PADRÓS, 2012, p. 44)

Após os golpes de Estado, a proliferação de bancos e instituições financeiras pode ser observada em todos os exemplos expostos: Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. No Brasil, por exemplo, entre os anos de 1958 e 1963 ocorreu um duplo processo: por um lado a multiplicação no número de agências bancárias e por outro a redução no número de matrizes.¹¹ Para Dreifuss esse movimento de monopolização de mercado estava marcado pela predominância de bancos privados na maior parte das operações, ocupando estes últimos um total de 83,3% entre os 30 maiores bancos com atividades no país. (DREIFUSS, 1981, p. 60)

Em relação à economia chilena durante o período ditatorial Arriagada expõe a monopolização de mercado “un estudio fundado en los datos disponibles para fines de 1978 mostraba que de las 250 mayores empresas existentes en la economía chilena, sólo cinco grandes grupos económicos controlaban el 36 por ciento de ellas y el 53 por ciento del total de sus patrimonios” (ARRIAGADA, 1998, p. 86-87). O autor também destaca que por um lado houve uma incrível participação do Estado na economia, principalmente no que tange a absorção de prejuízos do setor bancário. Por outro lado, observa-se também um crescimento no endividamento externo progressivo entre 1977-1979. (ARRIAGADA, 1998, p. 153-154)

¹¹ O número de agências teria um salto de “3.937 para 5.943, enquanto o número de matrizes diminuiu de 391 para 324” (DREIFUSS, 1981: p. 60).

Diante do exposto, podem-se destacar alguns pontos comuns às transformações econômicas ocorridas nos países apresentados. Em primeiro lugar, têm-se o aprofundamento de um desenvolvimento de tipo dependente, ou seja, uma subordinação aos centros de poder capitalista, o que se desdobra em uma influência constante destes centros na economia e na política dos países subordinados. Isso ocorre somado à progressiva desnacionalização dessas economias, que cada vez mais são inseridas na lógica do capital transnacional, principalmente no setor industrial.

Em segundo lugar, a necessidade de ampliação de ganhos pressiona os países da periferia a modificarem as relações de trabalho, conseqüentemente há redução em salários e direitos trabalhistas, e certa estagnação dos problemas sociais latentes. Ao mesmo tempo, detentor da maior parcela de investimentos multinacionais, os Estados Unidos passam ao controle monopólico de muitas destas economias, impondo inclusive seu padrão monetário. O que segue esse processo é a necessidade de transformação do próprio Estado, de forma que este assegure cada vez maiores ganhos e menor resistência social. As formas em que se delinearão esse Estado serão discutidas no próximo item.

ELEMENTOS GERAIS DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

O fundamento doutrinário propagado por esses grupos de ação do empresariado era principalmente a DSN, constituída teoricamente por três elementos principais: o conceito de guerra ampliado, o inimigo/comunismo e a segurança nacional. No caso brasileiro a partir de 1967 o “desenvolvimento” é incorporado como integrante da DSN.

A respeito do quadro teórico em que a DSN se baseou podem-se destacar duas concepções da geopolítica: sobre a nação e a bipolaridade. A nação era vista como um organismo que deveria se manter em constante expansão para sobreviver, e a bipolaridade como uma permanente divisão do mundo em duas partes, composta pelos EUA e a URSS (COMBLIN, 1978, p. 23). No entanto, a geopolítica não funcionou como dispêndio da DSN, ao contrário, possuindo uma credibilidade maior e pretensões científicas, foi utilizada pela Doutrina para tentar estabelecer certo grau de confiabilidade em seu discurso (DOCKHORN, 2002, p. 33).

Neste sentido, a segurança nacional é o instrumento pelo qual a nação personificada pode defender-se daquilo que ameaça sua sobrevivência: o comunismo. Comblin aponta que:

A Segurança Nacional é a capacidade que o Estado dá a Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes. [...] Trata-se, portanto da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais. [...] *A segurança nacional é a força do Estado presente em todos os lugares em que haja suspeita do fantasma do comunismo.* (COMBLIN, 1978, p. 54-55, grifo nosso)

A força de Estado empregada pela segurança nacional para garantir a execução dos objetivos nacionais será traduzida nos regimes ditatoriais do Cone Sul pelo terrorismo de Estado. Portanto, a imbricação entre a base doutrinária fornecida pela DSN e a necessidade de ampliação de ganhos do sistema econômico, impulsionado pelas grandes corporações transnacionais, resultou na reorganização do Estado em novas bases. A imprecisão do que efetivamente correspondia a DSN possibilitava sua aplicação irrestrita como fundamento às ações repressivas, isto é, a doutrina deveria defender tudo aquilo que era contrário ao que se representava como sendo comunista. A ideia do “inimigo” era essencial à DSN. No caso latino-americano, houve a incorporação da importância da guerra indireta e revolucionária, que determinou a criação do “inimigo interno”.

Retomamos aqui a afirmação feita no início de que os dois elementos essenciais para a compreensão dos regimes ditatoriais do Cone Sul, são a economia e a doutrinária. De um lado, tem-se uma pauta de interesses econômicos, de outro a forma como que esses interesses se articulam e mobilizam a opinião pública. Neste sentido, o papel dos institutos criados no seio do empresariado é central. Um exemplo disso no caso brasileiro é o IBAD¹², que no início da década de 1960 publicava o conteúdo da DSN nos principais jornais brasileiros, entre os quais estava o Jornal do Brasil. Além das publicações em jornais e revistas, contava com cerca de trinta programas de rádio espalhados pelos principais centros do país. Em 1963, através de seu dispêndio denominado Ação Democrática Popular, criou

¹² Realizamos a exposição apenas do caso brasileiro, pois, a análise das organizações empresariais criadas em paralelo a estrutura partidária institucionalizada não corresponde ao objetivo central deste trabalho.

diversas subsidiárias.¹³ A atuação do Instituto foi decisiva para desestabilização do governo Goulart.

Em todos os casos assinalados acima – Brasil, Uruguai, Chile e Argentina a ação por parte do Estado na repressão social foi um componente essencial ao movimento de concentração de capital. Neste sentido, com as bases refundadas, o Estado, após os golpes, teria duas faces: uma pública e a outra clandestina.

O Estado detém correntemente tanto o monopólio da justiça como da violência, porém no caso desses regimes, por um lado os crimes considerados de segurança nacional são julgados pela justiça militar – as transformações também trazem modificações às formas de justiça, transformando a própria legislação – por outro a violência transpassa os limites e torna-se uma ação terrorista, em que a repressão é intensa e sistemática. Alejandra Pecoraro ressalta que se tratava de um Estado absoluto “que concentraba en un solo poder las facultades de acusar, juzgar y sancionar”. (PECORARO, 2011, p. 117)

O primeiro momento da reorganização do Estado é marcado pela destituição das autoridades e corpos representativos: “la destitución de la Presidente de la República, la disolución del Congreso Nacional, la abrogación de los poderes provinciales y municipales” (DUHALDE, 1999: p. 238). Segue-se a este movimento o processo de submeter o sistema judicial às forças armadas. Em paralelo, impõe-se o monitoramento da sociedade, o controle dos meios de comunicação, e principalmente dissemina-se o medo através de práticas que mesclam duas faces do Estado, a pública “sometida a las leyes” e a clandestina “al margen de toda legalidade formal” (DUHALDE, 1999, p. 218). Ocorre também a suspensão dos partidos políticos, e de outros tipos de organizações políticas. (DUHALDE, 1999, p. 238-240)

Romero apresenta quatro momentos que compõe as atividades terroristas do Estado: o sequestro, a tortura, a detenção e a execução e desaparecimento. Dessa forma, uma das atividades mais importantes nas configurações desse “Estado criminal” é a desaparecimento forçada de pessoas. Trata-se do Estado como agente de infração, em que o delito que não termina na morte do indivíduo, mas em um novo tipo de agressão ao gênero humano “la desaparición de los cuerpos y el olvido de su

¹³ Entre as subsidiárias do IBAD estava a Ação Democrática Mato-Grossense (ADEMAT), que após o golpe de 1964 passou a operar tanto no campo da divulgação doutrinária quanto no de ação paramilitar.

existencia” (RICO, 2009, p. 142). Neste sentido, Romero aponta que a ação terrorista do estado não se esgotava nas fases anteriormente citadas, mas estendia-se a toda a sociedade, o verdadeiro objetivo eram os vivos:

Las víctimas fueron muchas, pero el verdadero objetivo eran los vivos, el conjunto de la sociedad que, antes de emprender su transformación profunda, debía ser controlada y dominada por el terror y la palabra. El Estado se desdobló: una parte, *clandestina y terrorista*, practicó una represión sin responsables, eximida de responder a los reclamos. La otra, *pública*, apoyada en un orden jurídico que ella misma estableció, silenciaba cualquier otra voz. (ROMERO, 2012, p. 288, grifo nosso)

Romero destaca que a tortura era sistemática e prolongada e não possuía como única motivação a obtenção de informações, mas também objetivava a destruição psicológica do indivíduo:

La tortura física, de duración indefinida, se prolongaba en la psicológica: sufrir simulacros de fusilamiento, asistir al suplicio de amigos, hijos o esposos, comprobar que todos los vínculos con el exterior estaban cortados, que no había nadie que se interpusiera entre la víctima y el victimario. En principio la tortura servía para arrancar información y lograr la denuncia de compañeros, lugares, operaciones, pero más en general tenía el propósito de quebrar la resistencia del detenido, anular sus defensas, destruir su dignidad y su personalidad. (ROMERO, 2012, p. 285)

Outra prática correspondente à destruição do indivíduo foi a violência sexual sistemática e massiva. A análise de Alejandra Pecoraro sobre a violência sexual como prática do terror de estado na Argentina demonstra que a participação efetiva de vários indivíduos, integrantes dos mais variados estratos hierárquicos, garantia de certa forma a impunidade, dissolvendo a culpabilidade em uma cadeia extensa. Desse modo:

La violencia sexual fue perpetrada por agentes estatales de distintos rangos y pertenecientes a todas las fuerzas involucradas en la represión, en distintos lugares del país, conforme a la política de aniquilación y represión que instauró el gobierno de facto. Muchas de las víctimas del terrorismo de Estado, sean varones o mujeres, denuncian haber sufrido algún tipo de violencia de contenido o connotación sexual. (PECORARO, 2011, p. 115-116)

Destaca-se que mesmo tendo sido uma prática que atingia homens e mulheres, “la violencia sexual ejercida sobre las mujeres se evidencia un especial ensañamiento, como una especie de singular castigo por ser mujer y haber osado desafiar desde su compromiso político-social el rol que les tiene asignado a las mujeres la hegemonía patriarcal”. (PECORARO, 2011, p. 116)

Um elemento importante que devemos acrescentar é que a vacuidade do conteúdo do “inimigo interno” criado pela Doutrina de Segurança Nacional contribuiu

para que todo indivíduo componente da sociedade pudesse ser um suspeito em potencial, ou seja, poderia ser sequestrado, torturado, detido e desaparecido, dessa forma, emerge outra dimensão do terror: o psicológico. Em longo prazo, ocorreu um movimento de atomização social, permeado pela desmobilização política. Entre os objetivos do novo modelo de Estado imposto com os golpes civis-militares, estava a:

Destruição da mobilização social e política ou seu esvaziamento [...] [e] a interrupção do processo de *recâmbio* e transmissão *geracional* dessa experiência de mobilização política e consciência crítica. Um terceiro objetivo consistiu na conformação de novas gerações acrílicas e passivas. (PADRÓS, 2006, p. 16)

Por fim, destaca-se que o tipo de repressão empreendida pelos regimes ditatoriais do Cone Sul contemplava a violência física e a psicológica, estas estavam justapostas e unidas através de um objetivo principal: quebrar e destruir os indivíduos, e, além disso, não buscava atingir apenas as vítimas diretamente, mas toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAS

Diante de um discurso de salvaguarda da nação contra o “comunismo” muitos foram torturados, mortos, ou sofreram incontáveis tipos de violações. Cabe a nós questionar qual o real conteúdo da nação que se pretendia proteger, de quais interesses era composta e a que grupo de indivíduos estava a serviço. Neste sentido, a exposição acerca das condições econômicas em que se deu o estabelecimento destes regimes, nos parece de certo modo, esclarecedor. A história não é um todo determinado, mas também não corresponde a uma sucessão caótica de eventos, situa-se na tensão entre estrutura e sujeito.

Buscou-se demonstrar de maneira comparativa, baseada em bibliografia clássica, como foram estruturados economicamente os países do Cone Sul após os golpes de Estado. Dessa forma, foi percebida a recorrência da: a) desnacionalização crescente, seguida do aumento de indústrias originadas no capital transnacional, e em outros casos, a inundação de produtos importados unida à suspensão do protecionismo estatal das industriais nacionais; b) o consequente aprofundamento dos países latino-americanos em um tipo de desenvolvimento dependente, condicionando estes países aos centros de poder capitalista; c) o crescimento da influencia estadunidense através do aumento do total de investimentos deste país nos empreendimentos instalados nos países do Cone Sul; d) a proliferação de

instituições financeiras resultando em uma subordinação econômica ao capital financeiro.

Estes são apenas alguns elementos perceptíveis, porém, cabe ressaltar que não foram os únicos. Não obstante, a reformulação do Estado tinha por objetivo justamente aprofundar as demandas surgidas nas cúpulas das grandes corporações. Foram originados Estados altamente militarizados com estratégias bem definidas para repressão social.

Contudo, nossa análise apresenta considerações gerais e não explora, por exemplo, os métodos de disciplina civil, empreendidos através da transformação da educação e das práticas culturais. Também não se expõem de maneira profunda as práticas repressivas ditatoriais desse período ou o intercâmbio repressivo estabelecido entre os países do Cone Sul. Portanto, este trabalho não esgota futuras abordagens sobre o tema. Assim como, abordagens mais profundas a respeito dos aspectos econômicos de cada um dos países analisados.

O tipo de violência empregada nos regimes ditatoriais do Cone Sul ultrapassa qualquer concepção corrente. Além dos reflexos imediatos nas vítimas, o Estado concebido através de práticas terroristas gerou o que Alvaro Rico destaca como “relaciones sociales degradadas en democracia”. Nesta concepção pontua-se que tais transformações não se encerram com o fim desses regimes ditatoriais. Por outro lado, se entendermos a história não como uma sucessão de fatos finitos e lineares, mas sim como um processo constituído pela causalidade, ou seja, que nenhum acontecimento rompe totalmente os elos com o passado, poderemos pensar que os regimes ditatoriais pautados na Doutrina de Segurança Nacional instaurados no Cone Sul não surgiram espontaneamente e nem deixaram de existir por completo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ASTORI, Danilo. La política económica de la dictadura. In: APPRATTO, Carmen; ARTAGAVEYTIA, Lucila, (orgs.) [et. al.] *El Uruguay de la Dictadura (1973-1985)*. Montevideo: Banda Oriental, 1989. pp. 147-177.

ARRIAGADA, Genaro. 1977-1980: El Milagro Económico e 1982: El Fracaso del Milagro Económico. In:_____. *Por la Razón de la Fuerza: Chile bajo Pinochet*. Santiago: Editorial Sudamericana, 1998. pp. 75-100 e 151-165.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BASUALDO, Eduardo M. El legado dictatorial. In: VERBITSKY, Horario; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. *Cuentas Pendientes: Los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2013. pp. 81-99.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. pp. 29-68.

DOS SANTOS, Theotonio. *Teoria da Dependência – balanço e perspectivas*. Obras Escolhidas. Florianópolis: Insular, 2015.

DUHALDE, Eduardo. *El Estado Terrorista Argentino: Quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: Eudeba, 1999. pp. 217-251.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado - Ação política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Revista Espaço Plural*. n. 27, 2012

PADRÓS, *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2005.

_____. Elementos Constitutivos do Terror de Estado Implementado pelas Ditaduras Cívico-Militares de Segurança Nacional Latino-Americanas. In: _____. (org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 15-22.

_____. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Revista Tempo e Argumento*. PPGH/UDESC, v.1, n.1, jan./jun. 2009. p. 30-45.

_____. O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional. In: LEAL, Elisabete C.; POSSAMAI, Zita R. (orgs.) *Vestígios do passado: a história e suas fontes: anais [recurso eletrônico]*. IX Encontro Estadual de História. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008. Disponível em: <[http://eeh2008.anpuh-rs.org.br /site/anaiseletronicos#php2go_top](http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos#php2go_top)>. p. 1-10.

PECORARO, Alejandra Paolini. Políticas de Terror e Violência Sexual. In: AUCÍA, Amalía; et al. *Grietas en el Silencio: Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado*. Rosario: Cladem, 2011. 115-139.

REINHOLD, O.; RYZHENKO, F. *El anticomunismo moderno: política, ideología*. Moscou: Editorial Progreso, 1976.

RICO, Alvaro. Práticas estatales criminales en dictadura y relaciones sociales degradadas en democracia. In: FEIERSTEIN, Daniel (comp.) *Terrorismo de Estado y Genocidio en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo, 2009. pp. 141-159.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve História Contemporânea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012. pp. 283-313.

WOOD, Ellen M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.